

Operação contra pedofilia chega a 18 estados

A prisão em flagrante de três pessoas e o recolhimento de material incriminador contra vários suspeitos resultaram da ação desencadeada pela Polícia Federal em conjunto com a CPI da Pedofilia em 17 estados e no Distrito Federal. Foram executados 113 mandados de busca e apreensão em residências e empresas envolvidas em denúncias. **3**



Leopoldo Silva

Ao lado do delegado Adalton Martins (E), Magno Malta afirma que a Operação Carrossel 2 foi "um grande êxito"

Senado e Supremo definem ações contra grampo ilegal

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, reuniram-se ontem para discutir as medidas a serem adotadas pelos dois Poderes para combater escuta telefônica não-autorizada

Jane Araújo

O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa (E), conversa com Garibaldi Alves, Tião Viana e Demostenes Torres



O Senado deverá concluir na próxima quarta-feira a votação do projeto que disciplina as escutas telefônicas, segundo informou Garibaldi Alves após encontro com o ministro Gilmar Mendes. Já o STF, afirmou Garibaldi, poderá baixar resolução orientando os juizes quanto à autorização das escutas. O senador disse ainda que estabeleceu o prazo de cinco dias para a Polícia do Senado investigar a hipótese de se ter originado na Casa o grampo que interceptou a conversa entre Gilmar Mendes e o senador Demostenes Torres. Em Plenário, senadores do PSDB cobraram maior reação do Congresso. **4 e 5**

HERÁCLITO FORTES

General Jorge Armando Félix e delegado Paulo Lacerda devem depor em comissão do Congresso



Geraldo Magela

MARISA SERRANO

As gravações são práticas stalinistas. Será que eles acreditam que no poder tudo é possível?



Geraldo Magela

ALVARO DIAS

A grave violação do direito constitucional da privacidade deve ser investigada por uma CPMI



Geraldo Magela

CÍCERO LUCENA

Por muito menos que isso [suposto grampo da Abin] Nixon foi obrigado a renunciar nos EUA



Geraldo Magela

ARTHUR VIRGÍLIO

A escuta telefônica ilegal é mais grave que o mensalão, porque fere o cerne da democracia



Geraldo Magela

Inscrição para concurso do Senado terá início no dia 20

O concurso para 92 cargos de nível superior e 58 de nível médio do Senado deve ser realizado nos dias 8 e 9 de novembro. **2**

Comissão quer alternativas à prisão preventiva

Juristas que discutem o Código de Processo Penal propõem o uso da prisão preventiva somente em casos de necessidade. **2**

Idosos apresentam sugestões de projetos

Pagamento imediato e integral de precatórios para beneficiários com mais de 70 anos é uma das leis sugeridas. **6**

Devem começar no dia 20 deste mês as inscrições a 150 vagas de níveis superior e médio. No próximo ano, Casa pode fazer nova seleção para substituir terceirizados



João Carlos Zoghbi (E), Alexandre Gazineo e o diretor-geral Agaciel Maia entregam a Garibaldi (D) editais do concurso

Concurso do Senado deverá ser realizado em novembro

O CONCURSO PARA preenchimento de 92 cargos de nível superior e 58 de nível médio do Senado Federal deverá ser realizado nos dias 8 e 9 de novembro. O anúncio foi feito ontem pelo diretor-geral adjunto da Casa e presidente da Comissão Especial do Concurso, Alexandre Gazineo. Ele informou ainda que as inscrições terão início no dia 20 de setembro e custarão R\$ 80 para nível superior e R\$ 60 para nível médio.

Segundo Gazineo, os valores das taxas de inscrição não chegam a atingir sequer 1% dos vencimentos previstos, que serão em torno de R\$ 9.500 para nível superior e de R\$ 7 mil para nível médio.

Na solenidade de entrega dos cinco editais do concurso ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, o diretor-geral da instituição, Agaciel Maia, afirmou que o Senado pretende dar posse aos aprovados logo após

a publicação do resultado das provas. Ele anunciou também que, no próximo ano, a Casa pretende fazer nova seleção de candidatos com o objetivo de substituir todos os terceirizados que hoje atuam no Senado, bem como atender a outras necessidades existentes em decorrência de situações diversas, por exemplo, a aposentadoria de servidores.

– Em razão de problemas de ordem orçamentária, resolvemos fazer um concurso neste ano e outro em 2009 para atender às necessidades de reposição de funcionários da Casa – explicou Agaciel, em entrevista à Agência Senado.

Cargos

O concurso será realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e os cinco editais completos com a descrição dos cargos e das disciplinas cobradas nas provas serão publicados no

Diário Oficial da União entre os dias 9 e 10 deste mês. Para nível superior, as vagas estão divididas entre analista legislativo (processo legislativo, 25 vagas; apoio técnico-administrativo, 25 vagas; e comunicação social, 24 vagas), analista de informática legislativo (8 vagas), consultor legislativo (2 vagas) e advogado (8 vagas).

Já para nível médio, serão dez vagas para processo legislativo, dez para apoio técnico-administrativo, duas para polícia legislativa e 36 para comunicação social.

Os salários são de R\$ 10.613,21 para analistas legislativos – na área de comunicação social – e de informática e para advogados. Para os demais cargos de analista legislativo, a remuneração será de R\$ 9.580,50, enquanto para consultor legislativo a remuneração prevista é de R\$ 11.815,94. Para nível médio, o salário é de R\$ 6.722,68.

Comissão quer mudar conceito cultural de prisão

A prisão preventiva durante a fase processual poderá ser utilizada somente em casos de evidente necessidade e a reforma do Código de Processo Penal deve oferecer instrumentos legais para restringir essas prisões. A avaliação é do grupo de juristas que integram a comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal. O assunto foi discutido pelo colegiado na tarde da terça-feira, dentro do tópico “medidas cautelares”, informou o consultor legislativo do Senado e integrante da comissão, Fabiano Augusto Martins Silveira.

O especialista disse que, no entendimento da maioria dos integrantes do colegiado, composto por nove juristas, a prisão provisória – aquela que ocorre antes da sentença definitiva – tem sido utilizada no Brasil com

pouco critério e sem a moderação necessária. Ele ressaltou que na fase processual deve prevalecer o princípio da presunção de inocência.

No final de 2007, informou Fabiano Silveira, havia cerca de 420 mil presos no Brasil, dos quais aproximadamente 125 mil eram presos provisórios. O colegiado quer discutir mecanismos de restrição que ofereçam um conjunto de medidas cautelares para que o magistrado possa fazer um juízo mais criterioso e ter outras opções, além da prisão preventiva.

Entre tais alternativas, informou Fabiano, os juristas sugeriram o recolhimento domiciliar, que, segundo eles, em determinados casos pode ser mais proporcional e razoável do que a prisão. Foram ainda sugeridas a retenção de passaporte e a

proibição de freqüentar determinados lugares.

– A idéia é contestar essa cultura da prisão, de a prisão ser a regra e não a exceção. A prisão, na fase processual, deve ser exceção, e não a regra. É essa cultura de prisão fácil que nós queremos discutir e oferecer alternativas e instrumentos que possam fazer com que a prisão provisória seja utilizada apenas nos casos de estrita necessidade – disse o consultor.

Na reunião, os membros da comissão externa também concluíram pela necessidade de haver maior aproximação entre o modelo recursal do processo civil e o do processo penal, respeitando as particularidades que existem em cada uma dessas áreas do Direito.

A próxima reunião do colegiado está prevista para outubro, e a pauta inclui o modelo de investigação, as medidas cautelares e as provas no processo penal.

Juristas que discutem o Código de Processo Penal querem dar aos juízes alternativas de pena

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão homenageia 200 anos da Polícia Civil

Os 200 anos de criação da Polícia Civil no país serão homenageados, às 10h, em sessão especial requerida pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP). Às 14h a sessão é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos.

Seminário debate transferência de renda no Brasil

Às 9h30 realiza-se, na sala 3 da Ala Alexandre Costa, o seminário *Transferência de Renda no Brasil: o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família*, promovido pelo Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado, em cooperação com o Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo). Os debates contarão com vários especialistas.

Congresso da Pestalozzi termina na manhã de hoje

Conferência sobre educação, ética, valores, consumo e cidadania relativos à pessoa com deficiência – parte da programação do último dia do Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, promovido pela Frente Parlamentar do Congresso em Defesa das Pessoas com Deficiência – ocorre às 9h, no Auditório Petróleo Portela.

Mercosul terá informe sobre direitos humanos

Para debater a situação dos direitos humanos no Brasil e elaborar informe sobre o tema, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul promove, das 9h às 18h, audiência pública.

Dia de doação de sangue no Senado Federal

Será realizada às 12h, na Gráfica do Senado, a 5ª Campanha de Doação de Sangue do Senado Federal.

Sugestão popular em anexo do Orçamento

Buscando garantir maior efetividade aos mecanismos de participação da sociedade na elaboração do Orçamento da União para 2009, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), pretende incluir na proposta o Anexo do Orçamento Participativo. O objetivo do documento é consolidar demandas sugeridas nos seminários regionais deste ano.

Mendes Ribeiro também apresentou ontem à imprensa novidades no programa Fiscalize, ferramenta que permite consultas sobre a execução do Orçamento da União pela internet. Agora, além de registrar os recursos transferidos pelo governo para os municípios, o Fiscalize divulga dados de empenho – o ato inicial de compromisso com a realização de cada despesa – e a finalidade específica do futuro gasto. Também informa se já existe convênio firmado e, em caso afirmativo, o número desse documento.

Mário Rosa recomenda transparência

Diante da superexposição a que estão submetidos especialmente os homens públicos na era da informação, a conquista da confiança é o melhor antídoto contra a destruição de reputações, afirmou o jornalista Mário Rosa em sua participação no Ciclo de Conferências da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Autor de livros como *A era do escândalo*, o jornalista tratou do tema “Imagem e Ética na Era Digital”, na terça-feira.

– Somos gestores de confiança. Quando outras pessoas não conseguem acreditar na gente, estamos diante de uma crise – disse.

O evento marcou o fim das atividades presenciais dos cursos de especialização em Comunicação Legislativa, em Ciência Política, em Direito Legislativo e em Administração Legislativa da Unilegis. Mário Rosa elogiou o trabalho dos veículos de comunicação do Senado, pela possibilidade que eles têm de “falar direto com o cidadão”.

Troca de informações entre CPI e Polícia Federal viabiliza 113 mandados de busca e apreensão. Outros cinco países também se mobilizam

Operação contra pedofilia atinge 18 estados

A POLÍCIA FEDERAL, em ação conjunta com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, executou na manhã de ontem, em 17 estados e no Distrito Federal, 113 mandados de busca e apreensão em residências e empresas envolvidas em denúncias de pedofilia. Foram presas três pessoas em flagrante. A operação, que está sendo chamada de Carrossel 2, também mobilizou autoridades policiais de cinco países: Israel, República Tcheca, Japão, Senegal e Portugal.

De acordo com a assessoria do senador Magno Malta (PR-ES), a troca de informações entre a Polícia Federal e a CPI permitiu que fossem identificados os endereços IP (número de registro de cada computador conectado à internet) de onde o material pedófilo foi postado e a posterior localização física dos computadores. As máquinas e demais provas que estão sendo recolhidas pela Polícia Federal vão ser agora periciadas e, confirmadas as denúncias, os responsáveis serão presos e responderão criminalmente pela exploração sexual de crianças e adolescentes.



Magno Malta (D), presidente da comissão parlamentar de inquérito, ao lado do delegado Adalton Martins, concede entrevista na sede da Polícia Federal

Apreensão revela material comprometedor, afirma delegado

A grande maioria do material apreendido pela Polícia Federal por meio da Operação Carrossel 2 revela, até o momento, a existência de conteúdo pedófilo armazenado nos computadores. A informação é do delegado Adalton de Almeida Martins, chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, em entrevista por telefone à Agência Senado. A operação da PF, deflagrada pelo órgão às 6h30 de ontem, executou 113 mandados de busca e apreensão, em residências e empresas de 18 unidades da

Federação.

Martins informou que estão sendo recolhidos computadores, pen drives, CDs e outros materiais que possam conter evidências de pedofilia. Com a perícia das peças apreendidas, disse, será possível identificar e punir os usuários dos computadores em que for confirmada a prática do crime.

O delegado destacou o aperfeiçoamento de ferramentas capazes de rastrear a troca de mensagens, pela internet, contendo imagens de abusos. Conforme observou, a Operação

Carrossel 2 contou com novas tecnologias de rastreamento de mensagens, com filtros mais refinados, o que possibilitou uma ação mais precisa em um maior número de arquivos pesquisados.

Ele também apontou avanços obtidos a partir da ação conjunta com a CPI da Pedofilia. Para Martins, a ampliação do diálogo com provedores de internet, em consequência do trabalho realizado pela comissão de inquérito, é fundamental para que as autoridades policiais cheguem com maior rapidez aos pedófilos

que atuam na rede mundial. No entanto, ele afirmou que a PF ainda enfrenta dificuldades para receber os dados solicitados aos provedores. A solução, observou o delegado, passa pela construção de uma nova legislação que regulamente o setor, tarefa que vem sendo executada pela CPI.

Interpol

Adalton Martins ressaltou ainda a importância da articulação com a Interpol e com adidos policiais de embaixadas de diversos países. A cooperação, durante todo o processo inves-

tigativo, afirmou, permitiu que Israel, República Tcheca, Japão, Senegal e Portugal também desencadeassem ontem operações contra pedófilos. De acordo com o delegado, as parcerias internacionais surgiram com a Operação Carrossel, realizada em dezembro de 2007 pela PF, na qual foram identificadas redes de pedofilia com conexões em mais de 70 países. Com as informações fornecidas pelo órgão brasileiro, foram identificados mais de 200 pedófilos fora do Brasil e efetuadas prisões em diversos países.

Malta destaca resultados de cooperação

“A Operação Carrossel 2 foi um grande êxito”, afirmou Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, ao destacar os resultados da ação deflagrada ontem.

De acordo com o senador, os alvos da operação foram identificados a partir da quebra de sigilo, determinada pela comissão de inquérito, de usuários de internet. Para Malta, os avanços obtidos pela CPI são fruto do trabalho de senadores e assessores da comissão, entre os quais representantes do Ministério Público e da Polícia Federal.

– Tem sido uma parceria muito boa, que levou a essa ação, realizada simultaneamente em diversos estados e também em cinco países, com informações da CPI e em parceria com a Interpol no Brasil – destacou.

Também o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), elogiou a operação.

– As buscas e apreensões vão permitir que os indícios existentes sejam transformados em provas, e isso deve redundar em processos e prisões – observou Demostenes.

Legislação

Durante entrevista concedida na sede da Polícia Federal, em Brasília, Magno Malta disse lamentar que a legislação brasileira não autorize a prisão de pessoas que armazenam fotografias e vídeos contendo imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes. Ao elogiar os resultados da Operação Carrossel 2, o parlamentar defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto (PLS 250/08) que tipifica a posse desse tipo de material, já aprovado pelo Senado.

– Não queremos operações que apreendam computadores e deixem os pedófilos soltos.

Pela lei vigente, a prisão só pode ocorrer se houver flagrante, se a polícia chegar no momento exato em que o pedófilo está no teclado do computador, enviando a pornografia. Se a legislação já tivesse mudado, teríamos hoje 113 ordens de prisão e não 113 mandados de busca e apreensão – frisou Magno Malta. Na coletiva de imprensa, o chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF, delegado Adalton Martins, revelou que foram encontrados equipamentos contendo pornografia infantil em todos os locais vistoriados.

O delegado explicou que os computadores apreendidos estavam ligados a uma rede conectada ponto a ponto, ou peer-to-peer, no jargão da informática. Nesse sistema, um computador se conecta diretamente ao outro, sem a necessidade de um provedor central de acesso.

Empresas de telefonia querem apressar a entrega de dados

Representantes das empresas Brasil Telecom, Telefônica, GVT, Oi Telemar e NET e da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet) participaram, na terça-feira, de reunião com assessores da CPI da Pedofilia visando à elaboração de um termo de ajustamento de conduta (TAC) para agilizar o fornecimento de dados de usuários de internet investigados pela prática de pedofilia. O encontro foi o primeiro desdobramento do compromisso assumido pelas empresas de telefonia durante audiência realizada pela comissão em 28 de agosto.

No encontro de trabalho, as empresas de telecomunicação se comprometeram a responder, até o dia 26, questionário elaborado pela CPI com perguntas sobre aspectos a serem incluídos no TAC. O colegiado quer a opinião das empresas de telefonia e dos provedores sobre questões como dificuldades operacionais

para registro de dados de conexão à internet, prazos de armazenamento das informações e custos para o fornecimento dos dados, quando solicitados pela Justiça.

A partir dessa consulta, o grupo poderá definir o conteúdo do termo de conduta e também elaborar uma minuta de projeto de lei para regulamentar a atividade de provimento de acesso e serviços de internet. A nova lei também deve estabelecer os termos da cooperação que deverá existir entre as empresas de telecomunicação e autoridades policiais e judiciais do país, visando à troca de informações.

Para o assessor da CPI e presidente da organização não-governamental Safernet, Thiago Tavares de Oliveira, a participação das empresas de telefonia na elaboração do TAC e do projeto de lei é essencial para que o acordo tenha o apoio de todas as partes envolvidas.



Heráclito Fortes considera gravíssimas as denúncias de grampos ilegais

Comissão de Inteligência quer ouvir Lacerda e Jorge Félix

Afastado temporariamente do cargo até que se conclua as investigações sobre os grampos ilegais, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, foi convidado pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre o episódio. Também o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, foi convidado para comparecer à reunião da comissão, marcada para a manhã da próxima terça-feira.

As escutas telefônicas atingiram até o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e, segundo reportagem da revista *Veja*, foram feitas pela Abin. A revista publicou transcrição de uma conversa de Gilmar Mendes com o senador Demostenes Torres (DEM-GO). Também teriam sido grampeados o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff,

além dos senadores Tião Viana (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Agripino (DEM-RN).

A decisão de convidar Paulo Lacerda e Jorge Armando Félix partiu do próprio presidente da comissão mista, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que se encontra em viagem oficial a países da América Central e do Caribe. Em entrevista à Agência Senado, Heráclito Fortes considerou as denúncias "gravíssimas" e avaliou que, caso o governo não apresentasse explicações e realizasse rigorosa apuração dos fatos, "não restaria outro caminho a não ser a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito".

A secretaria da comissão informou ter entregue os convites ao general e ao delegado na terça-feira, mas que até a manhã de ontem ainda não tinha recebido qualquer confirmação de presença. É provável que a comissão vote requerimento convidando também o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

Presidente do Senado informa que, na quarta-feira, será concluído exame do projeto sobre quebra do sigilo telefônico. Chefe do Supremo anuncia que corte baixará resolução sobre autorização de grampos

Garibaldi Alves e Gilmar Mendes discutem iniciativas para combater escutas ilegais

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, reuniu-se ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para discutir as iniciativas que ambos os Poderes tomarão para combater a prática do grampo ilegal. De acordo com Garibaldi, o Senado deverá concluir na próxima quarta-feira a votação do projeto que disciplina as escutas

telefônicas. Já o STF, informou ele, poderá baixar resolução orientando os juizes quanto à autorização das escutas.

— As providências que estamos tomando passam por uma cooperação entre os três Poderes — disse o presidente do Senado, em entrevista à imprensa após retornar da reunião.

O projeto em discussão no Senado tramita na forma de substitutivo proposto pelo senador Demostenes Torres (DEM-TO) e já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas precisa ainda passar por turno suplementar de votação no mesmo colegiado. A proposta prevê até seis anos de reclusão para autoridades públicas

que violem o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial. Uma vez aprovada pelo Senado, a matéria seguirá à Câmara.

O substitutivo foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça, com base em projeto de lei (PLS 525/07) do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e em sugestões de projeto do Poder Executivo que

tramita na Câmara dos Deputados (PL3272/08). A matéria modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo da Constituição sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas, disciplinando a quebra desse sigilo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Na edição desta semana, a revis-

ta *Veja* denunciou que chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além de ministros e parlamentares, estariam sendo vítimas de escutas ilegais, supostamente feitas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Devido às denúncias, os dirigentes da Abin foram afastados provisoriamente na última segunda-feira.



Para Alvaro, reação do Congresso às denúncias foi "tímida e insuficiente"

Alvaro defende CPI para apurar caso de violação de privacidade

Na avaliação de Alvaro Dias (PSDB-PR), a reação do Congresso — afetado como instituição pela execução de escutas telefônicas a um de seus integrantes, como foi denunciado pela imprensa esta semana — foi "tímida e insuficiente". O senador disse que, "para investigar essa grave violação ao direito constitucional da privacidade, deve ser instalada uma comissão parlamentar mista de inquérito".

— Confesso meu inconformismo em relação à reação do Congresso, que não está à altura das tradições do Parlamento, está distante das expectativas da sociedade, e não contribui para recuperar a credibilidade que perdemos — ressaltou.

Alvaro anunciou providências adotadas em conjunto por seu partido, o PSDB, o DEM e o PPS, como o encaminhamento à Procuradoria Geral da República de representação para a instauração de procedimentos que permitam a responsabilização dos envolvidos no crime. De acordo com o senador, os três partidos vão requerer a Garibaldi Alves que convoque sessão

especial conjunta da Câmara e do Senado, para que se "reaja a essa violência" e para que se possa prestar conta das providências adotadas em defesa da instituição.

Além disso, as lideranças partidárias também devem visitar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e presidência do Supremo Tribunal Federal, "buscando solidariedade para a ação de repúdio a essa prática instalada certamente no Palácio do Planalto, porque a origem do fato é a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada à Presidência da República".

Alvaro defendeu a necessidade de os congressistas não admitirem a "delinquência política para que o resultado da CPI seja sua desmoralização, frustrando as expectativas da sociedade", a exemplo do que ocorreu, segundo ele, com a CPI dos Cartões Corporativos.

A suspeita de que as escutas telefônicas possam ter partido da Casa foi rechaçada pelo parlamentar, já que o Senado "foi grampeado e não grampeou".



Garibaldi Alves (segundo à esquerda), Tião Viana e Demostenes Torres discutem com Luiz Fernando Corrêa (à direita) a contribuição do Senado ao trabalho da Polícia Federal para descobrir a origem das escutas ilegais que interceptaram ligações do ministro Gilmar Mendes

Polícia do Senado tem cinco dias para investigar grampo

A Secretaria de Polícia do Senado tem cinco dias para investigar a hipótese de ter partido de pessoas da instituição o grampo telefônico que interceptou conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO). O prazo foi determinado pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Ao ouvir de um repórter, durante entrevista, que a Polícia da Casa pedira 30 dias para a investigação, Garibaldi considerou que três dias seriam suficientes, a menos que fosse convencido do contrário. Mais tarde, após conversar com o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, e com o diretor da Secretaria

de Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, o presidente fixou o prazo em cinco dias.

De acordo com matéria da revista *Veja*, entre os alvos da escuta estavam também os senadores do PSDB Arthur Virgílio (AM), Tasso Jereissati (CE) e Alvaro Dias (PR), além do próprio Garibaldi, que foi indagado sobre a hipótese de os grampos terem se originado no próprio Congresso, motivados por disputas internas.

— Desculpe-me, mas não há nada de consistente nisso. Boato há por que aqui e acolá se ouve isso. Mas não há nada que se possa dar de crédito a respeito — declarou.

Indagado sobre a ideia de se criar uma comissão parlamentar

de inquérito (CPI) para investigar o caso, o presidente do Senado afastou a iniciativa. Disse que, se os parlamentares quiserem acompanhar a investigação a ser feita pela Polícia Federal, poderão constituir uma comissão de acompanhamento dos trabalhos. Garibaldi manteve sua opinião mesmo depois de ser informado de que o PPS, DEM e PSDB estão interessados em criar uma CPI.

— No momento, eu acho que não é necessário, até porque já existe uma CPI dos Grampos. Ora, nós temos aqui a experiência da existência de duas CPIs funcionando ao mesmo tempo. Isso é recente e não apresentou bons resultados.

Sobre a convocação do Congresso

para discutir os grampos, Garibaldi disse que, na próxima reunião de líderes, submeterá o assunto a discussão, embora já saiba da dificuldade para a execução da ideia, em razão das diferenças do calendário de atividades das duas Casas.

Subcomissão

Em outra entrevista, Garibaldi Alves foi indagado sobre a ideia de uma subcomissão, sugerida pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), para, dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), acompanhar as atividades desenvolvidas pelo órgão.

— Em primeiro lugar, é preciso acompanhar essas investigações que estão sendo realizadas. Se,

por acaso, elas não tiverem o necessário avanço, é que pensaríamos em outras alternativas. O que estou dizendo é que vamos afastar qualquer possibilidade de ter uma solução burocrática, que venha a comprometer as investigações.

Garibaldi deu a entrevista após reunir-se com o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, juntamente com os senadores Demostenes Torres e Tião Viana (PT-AC), e os delegados incumbidos do inquérito que vai apurar a interceptação telefônica que a revista *Veja* atribuiu a agentes da Abin.

De acordo com o presidente do Senado, o diretor-geral da Polícia Federal afirmou esperar a colaboração da Casa nessa investigação,

principalmente mediante a ação da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, presidida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

— Eu disse a ele que o trabalho da Polícia Federal terá toda a nossa contribuição.

Outro repórter indagou sobre a contribuição que a Polícia Federal poderia dar às investigações do Senado sobre o caso.

— Ele [Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da PF] disse que, se houvesse necessidade, estaria pronto para colaborar. Mas o chefe da Polícia do Senado está dizendo que não há necessidade e que dentro de cinco dias esse trabalho estará efetivado e ele apresentará o relatório.



Marisa Serrano classifica o episódio como o pior do governo Lula

Para senadora, ministro falou "em tom de ameaça"

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, por dizer na última terça-feira, em depoimento à CPI da Câmara que investiga escutas telefônicas ilegais, que "a única forma de não ter conversas ao telefone gravadas é calar a boca". Para a senadora, o general falou em tom de ameaça.

Marisa Serrano afirmou que Jorge Félix, ao dizer isso em "uma casa do povo", estava na verdade dizendo a todos, e principalmente, aos políticos que não falem, que cale a boca. A parlamentar declarou que a

denúncia de que integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) gravaram conversas telefônicas de senadores e de ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal é, para seu partido, "mais grave que o escândalo do mensalão, do que o escândalo dos aloprados e de tudo o mais que já aconteceu no governo Lula".

Ela qualificou as gravações de conversas telefônicas como "práticas stalinistas" e disse que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem uma visão de Estado onipotente.

— Será que eles acreditam que no poder tudo é possível? — perguntou.



"O presidente será tratado com o maior respeito", garante Arthur Virgílio

Arthur Virgílio sugere que Lula dê explicações ao Congresso Nacional

O episódio dos grampos "fere violentamente a democracia", disse ontem o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que sugeriu que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vá ao Congresso para dar explicações. "Se grampearam o telefone do seu secretário particular, Gilberto Carvalho, grampearam Lula.

Quem espiona o secretário do presidente, está espionando o presidente. É ele quem transmite suas ordens", afirmou. Para Virgílio, Lula, "que chegou a ser preso" ao lutar por democracia e pelos trabalhadores, devia dar "uma demonstração inequívoca de que tem apreço pelo sistema democrático comparando ao Congresso".

— Não sugiro nada espetaculoso. Garanto que o presidente será tratado com o maior respeito. Não será interrompido. Será ouvido em silêncio. Ele precisa mostrar que não concorda com um sistema policialesco — declarou.

O senador sustentou que o episódio é mais grave que o do mensalão, pois "fere o cerne da democracia". Virgílio

também criticou a "reação branda" do Congresso Nacional. Para ele, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, errou ao determinar uma varredura no sistema telefônico do Senado. "A crise é do Executivo e a atitude de Garibaldi, até ingênua, tirou mais uma vez a responsabilidade do Palácio do Planalto".



Cícero pede que sociedade se organize contra atentados à democracia

Cícero Lucena: "Por menos, Nixon renunciou nos EUA"

A possibilidade de um dos Poderes da República ter vigiado os outros por meio de escuta telefônica clandestina "é muito grave", na opinião de Cícero Lucena (PSDB-PB). Segundo o senador, "por muito menos, o presidente Nixon foi obrigado a renunciar" nos Estados Unidos, em 1974, para fugir de um *impeachment*.

Cícero lembrou que, naquele caso, o processo começou com a invasão de salas do Partido Democrata por pessoas que tinham instalado escutas telefônicas.

— Aqui, começaram quebrando o sigilo bancário do caseiro Francenildo, no episódio do ex-ministro Antonio Palocci. Não houve

punição e, por isso, o limite foi ampliado. Agora, estão fazendo escutas telefônicas do presidente do Supremo Tribunal Federal e de senadores. Essas coisas começam acontecendo de uma forma que nem percebemos, mas tomam dimensões como a que estamos vivendo neste instante — disse.

O senador sustentou que "a sociedade civil precisa se organizar" para ajudar a combater "esses atentados ao regime democrático e aos direitos dos cidadãos". Também defendeu que a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa deveriam se movimentar para condenar com veemência a prática dos grampos.

Representantes de idosos apresentam sugestões de projetos de lei aos senadores

Representantes de grupos de terceira idade do Distrito Federal apresentaram sugestões de projetos de lei à Subcomissão Permanente do Idoso, que se reuniu ontem como parte da programação da Semana do Idoso, comemorada pelo Senado. Os debates do colegiado, que é ligado à Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), têm o propósito de identificar medidas que possam melhorar a vida dos indivíduos com mais de 60 anos, que seriam em torno de 20 milhões no Brasil.

Leomar Quintanilha (PMDB-

TO), que preside a subcomissão, afirmou que os parlamentares têm interesse em garantir a todos um "envelhecimento com qualidade de vida, com bom atendimento à saúde e facilidades para o convívio social". Ele ouviu os representantes de grupos de idosos de cidades satélites do Distrito Federal (DF), que apresentaram projetos de lei como se fossem "senadores da República por um dia". As propostas serão encaminhadas aos integrantes da subcomissão.

Judson Teles, do Guará, propôs que os entes federativos fa-

çam o pagamento integral e imediato de precatórios aos que tiverem mais de 70 anos. Dario Oliveira, do Varjão, sugeriu uma "ajuda especial de manutenção" de um salário mínimo para famílias que tenham integrantes com mais de 70 anos e renda mensal *per capita* inferior a dois mínimos. Corina de Souza, de Planaltina, apresentou projeto exigindo que os telefones fixos tenham medidores de pulsos, para que as informações sobre os custos das ligações sejam imediatas. Iân da Silva, de Sobradinho, su-



Leomar Quintanilha (2º à esq.) presidiu a reunião que ouviu idéias em favor dos idosos

geriu a criação de uma Semana Nacional da Vizinhança, para melhorar o relacionamento entre os vizinhos. Gessy Godinho, do Recanto das Emas, propôs

facultar o ingresso de pessoas com mais de 55 anos às universidades, sem necessidade de vestibular, desde que tenham 2º grau completo.

Debate: trabalho para pessoas com deficiência

Técnico defende criação de alternativas no mercado; senador Renato Casagrande oferece, em congresso, apoio político às Associações Pestalozzi



Arns destaca também comemoração da Apae e congresso de equoterapia

Arns registra três eventos em realização no país

A realização simultânea no país de três eventos relacionados às necessidades das pessoas com deficiência foi registrada por Flávio Arns (PT-PR): o 4º Congresso Nacional de Equoterapia, em Curitiba; as comemorações, em Salvador, dos 40 anos de fundação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da capital baiana; e o 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que está ocorrendo em auditório do Senado.

– Então, este é um debate do Congresso Nacional que, de forma interessante, acontece dentro do Senado Federal para que todos tenham a oportunidade, senadores e deputados, de estar próximos desse movimento histórico, bom, competente, como já mencionei, de várias décadas, a favor da cidadania em nosso país – disse o senador sobre o encontro das Associações Pestalozzi.

O MERCADO DE trabalho deve criar alternativas de encaminhamento produtivo da pessoa com deficiência que permitam explorar suas potencialidades, avaliou o assessor técnico da Associação Pestalozzi de Campo Grande, João Carlos de Andrade, no 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp). Presente ao encontro, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) colocou-se à disposição para ajudar no encaminhamento da pauta de questões nacionais defendidas pela entidade.

– Sei da necessidade de apoio político que as [Associações]

Pestalozzi precisam. Quero me colocar à disposição da Federação Nacional [das Sociedades Pestalozzi], porque sei que a federação precisa de um grupo de parlamentares que conheça e entenda o trabalho de vocês e, sobretudo, que saiba da importância desse trabalho – disse ontem Casagrande.

O segundo dia de debates do congresso começou com a palestra "A Formação Laborativa da Pessoa com Deficiência: Rompendo Paradigmas no Mercado de Trabalho", apresentada por João Carlos de Andrade.

Em seguida, após a manifestação de Renato Casagrande,

foi formada uma mesa-redonda para discutir o tema "Direitos à Saúde sob a Égide da Equidade". Participaram desse debate o procurador da República Humberto Jacques de Medeiros e o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior. O moderador foi o presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Maranhão, Murilo José Santos.

O congresso, que é promovido neste ano pela Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, prossegue hoje, com palestras a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.

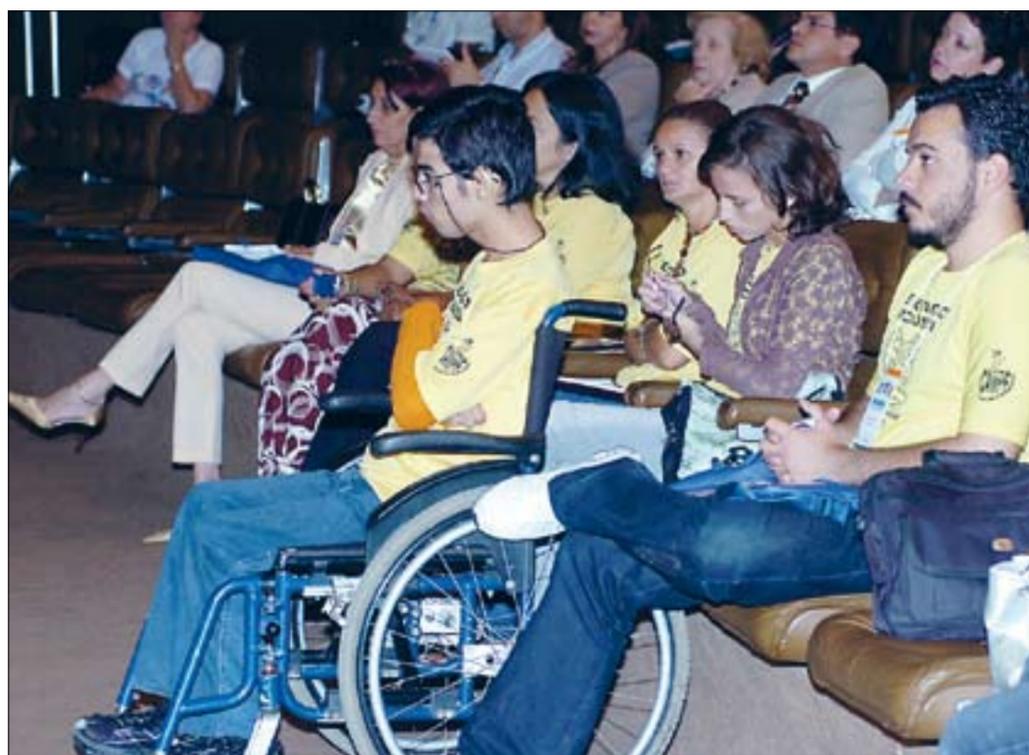
Inclusão também está na pauta dos educadores

Sob o tema "Educação inclusiva: discutindo um conceito e uma política", a professora Rosângela Machado, que coordena a área de educação especial no Ministério da Educação, falou ontem sobre a inclusão, na escola comum, de pessoas com deficiência. A palestra ocorreu durante o 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

Rosângela explicou que o programa foi adotado para criar recursos e serviços que estruturam a escola comum para a adoção da educação especial.

– A inclusão é dívida social que nós temos com quem foi colocado à parte. Não é chegar ao mesmo resultado. É a igualdade de direito de ser reconhecido e valorizado na sua diferença de aprendizagem – afirmou.

Em seguida, um debate abordou as situações vividas por pais de filhos com deficiência em suas tentativas de integrá-los à escola. O debate teve a participação da senadora Marisa Serano (PSDB-MS); do deputado Eduardo Barbosa, presidente da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais; de Rosane Lowethall, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; e de Mirtes Pereira da Costa, vice-presidente da Associação de Pais, Profissionais e Amigos da Escola Especial Raio de Sol, de Mato Grosso do Sul.



Participantes do encontro discutem, no Auditório Petrônio Portela, a inclusão: em busca de opções de trabalho

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Ppapaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Cícero Lucena • Alvaro Dias • Adelmir Santana • Paulo Duque • Gilvam Borges • Marco Maciel • Valdir Raupp

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

PANAMÁ REIVINDICA ESCRITÓRIO DA EMBRAPA

Uma delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) encontrou-se na terça-feira com o presidente do Panamá, Martín Torrijos, e com o chanceler Samuel Lewis Navarro.

Na ocasião, segundo Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Torrijos manifestou interesse na instalação de um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Panamá e pediu aos brasileiros apoio para que a empresa panamenha de aviação Copa consiga permissão para fazer mais vôos diretos para o Brasil. Outros assuntos tratados foram a expansão do canal do Panamá e a cooperação entre os países na formação de atletas. A delegação já passou pela Guiana, encontra-se na Jamaica desde ontem e ainda irá à República Dominicana e ao Haiti.

MESQUITA JÚNIOR DEFENDE MAIS PLEBISCITOS

O Brasil deveria realizar mais plebiscitos para decidir sobre temas relevantes, na opinião de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O senador citou o exemplo do Panamá, que consultou a população antes de decidir sobre a expansão do canal que permite a ligação marítima entre o Pacífico e o Atlântico.

– É uma obra equivalente à transposição do rio São Francisco. Só que no Panamá a população foi ouvida e no Brasil a decisão foi de três ou quatro pessoas. São obras de grande impacto na vida das pessoas – argumentou.



Foto de Geraldo Magella

MERCOSUL REAGE À TENTATIVA DE GOLPE

O presidente do Parlamento do Mercosul, o deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR), divulgou nota na tarde de ontem em que classifica a possível tentativa de golpe de Estado no Paraguai como uma “agressão covarde à democracia e ao povo paraguaios” e como “ofensa inaceitável contra o Mercosul e, particularmente, contra o seu Parlamento”.

Na nota, o deputado lembra que, para integrar o bloco, cada país deve viver sob regime democrático e que “quaisquer violações dessa cláusula pétrea resultariam na impossibilidade de que o Estado transgressor pudesse permanecer no Mercosul”.

Na segunda-feira o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, eleito recentemente, denunciou a existência de um plano de golpe contra seu governo.



Garibaldi (ao microfone), Raupp e Adelmir participam da abertura da exposição

Mostra relata os 200 anos dos Dragões da Independência

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, abriram ontem, no Salão Negro do Congresso, a exposição *200 Anos de Criação do Regimento de Cavalaria de Guarda Dragões da Independência*. Um dos eventos comemorativos da Semana da Pátria, a exposição poderá ser visitada de segunda a domingo, das 9h às 17h.

Garibaldi ressaltou que, em 200 anos de existência, os Dragões da Independência fizeram parte de eventos cruciais da história brasileira. Lembrou que essa unidade do Exército tinha a missão de fazer a guarda da família real que, em 1808, acabava de se transferir para o Brasil. Também mencionou a presença do batalhão no Grito do Ipiranga, conforme retratado na tela de Pedro Américo.

Diante de inúmeras crianças – estudantes de escolas públicas –, Garibaldi disse que esses dois séculos de história estavam ali extraordinariamente representados por uma caleche, peças de uniforme, documentos e

aquarelas. Garibaldi Alves também participou ontem da posse do ministro César Asfor Rocha na presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o biênio 2008-2010. A vice-presidência do tribunal será ocupada pelo ministro Ari Pargendler.

A cerimônia contou com a presença, entre outras autoridades, do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; do procurador-geral da República, Antônio Fernando Barros de Souza; do presidente da Câmara dos Deputados; e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto.

César Asfor Rocha assinalou que mais de 360 mil processos deverão ser analisados pelo STJ somente em 2008. O tribunal surgiu a partir da promulgação da Constituição de 1988, em substituição ao Tribunal Federal de Recursos, que foi instalado no Rio de Janeiro em maio de 1947.

Deputado quer feriado nacional no Dia da Consciência Negra

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, deputado Carlos Santana (PT-RJ), encerrou sua participação no seminário *O Negro na Independência do Brasil* sugerindo que o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, seja feriado nacional, e não apenas em algumas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá.

Na avaliação de Carlos Santana, não houve no Brasil uma plena abolição da escravatura,

pois “não há liberdade sem reparações”. O deputado também lamentou que a história não mencione a importância dos negros.

O subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martvs Antônio Alves, também participou, representando o ministro Edson Santos. Ele defendeu as políticas públicas que contribuem para a inserção do negro nas universidades brasileiras.

Casagrande: a riqueza do petróleo deve ficar no país

Senador comemora visita de Lula ao Espírito Santo e reivindica para o estado a instalação de uma refinaria de gás liquefeito e de uma fábrica de fertilizantes

AO COMEMORAR A visita do presidente Lula ao seu estado para participar da solenidade de coleta simbólica que deu início à extração de petróleo na camada pré-sal, no litoral brasileiro, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu ontem a necessidade de o país industrializar o óleo das novas reservas, a fim de agregar mais valor às futuras exportações de derivados.

Renato Casagrande reivindicou para o Espírito Santo a instalação de uma refinaria de terminal de gás liquefeito e de uma fábrica de fertilizantes. O senador elogiou a disposição de Lula, demonstrada em seu discurso, no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, de não transformar o Brasil em apenas um exportador de petróleo *in natura* e de gás natural, mas sim de utilizar os recursos da exploração do pré-sal na melhoria da educação e no combate à

pobreza. – O Brasil reúne todas as condições de refinar o petróleo aqui mesmo e faturar mais com os seus derivados. E é nessa direção que estamos [a bancada capixaba] trabalhando – disse.

Ele considerou fundamental que se altere o marco regulatório do setor, para que os recursos da produção na camada pré-sal fiquem, em maior proporção, no país, e não sejam drenados para o exterior.

Aeroporto

Renato Casagrande solicitou ainda apoio do governo federal para a retomada das obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Vitória, paralisadas há alguns meses por recomendação do Tribunal de Contas da União devido à ocorrência de irregula-



Gerardo Magella

Casagrande quer agregar valor ao óleo

ridades no processo licitatório.

Em referência à suposta interceptação, por servidores da Abin, de conversas telefônicas de autoridades, o senador elogiou a decisão de Lula de afastar os diretores do órgão e defendeu o aprofundamento das investigações.

Serys testemunha assalto em MT e é resgatada pela Polícia

Serys Silhessarenko (PT-MT) recebeu escolta da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, na noite de ontem, para deixar a cidade de Comodoro (MT), a 677 quilômetros de Cuiabá. Enquanto a senadora participava de campanha política no município, oito assaltantes invadiram uma agência bancária, chegando a fazer reféns. Rajadas de metralhadora passaram próximas ao local onde Serys e pelo menos outras 50 pessoas se encontravam.

– Foi um filme de terror, cena que você só vê em filme – declarou Serys à Agência Senado.

A ajuda da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal para o resgate se justifica pelo fato de os assaltantes não terem sido capturados ainda, e há informações de que alguns trechos de acesso ao município estão isolados.

De acordo com relato da assessoria de imprensa de Serys Silhessarenko, os bandidos cortaram fios de telefones da



Gerardo Magella

Serys: “Foi um filme de terror, cena que você só vê em filme”

cidade e, armados de metralhadoras, tentaram roubar uma agência do Banco do Brasil. Houve tiroteio e duas pessoas, inclusive um policial militar, foram baleadas. A senadora foi protegida por sua segurança. Os assaltantes fizeram reféns e ficaram por cerca de três horas dentro da agência, fugindo em dois carros, um deles da Polícia Militar.

Expedito Júnior recorrerá contra decisão do TSE

Em nota divulgada ontem à imprensa, a assessoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) registra que ele recorrerá contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, na noite de terça-feira, negou ação cautelar impetrada por ele contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), o qual determinou a cassação de seu mandato pela acusação de compra de votos.

“O senador informou que nunca houve seu envolvimento direto, indireto ou mesmo consentido com compra de votos”, afirma a nota. O texto diz que Expedito Júnior voltará a recorrer ao TSE e também levará o caso ao Supremo Tribunal Federal.

Em agosto, o TRE-RO determinou a perda de mandato do senador, que recorreu ao TSE negando qualquer participação direta ou indireta na suposta compra de votos.



Genaldino Magalhães

Renan lembra que luta pelos direitos dos domésticos há vários anos

Renan comemora nova PEC para domésticos

Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou em Plenário o anúncio feito pelo governo federal do envio ao Congresso Nacional, dentro dos próximos dias, de proposta de emenda à Constituição (PEC) que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores.

Alertando para a necessidade de inclusão dos trabalhadores domésticos no conjunto geral de direitos dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição, o senador lembrou que menos de 10% dos faxineiros diaristas contribuem para a Previdência Social, o que lhes dificulta o direito à aposentadoria.

Renan mencionou projeto de sua autoria, apresentado em 1996 ao Senado, que concedia às pessoas físicas o direito de deduzir de seus rendimentos tributáveis as despesas efetuadas com trabalhadores domésticos.

– Eu fico muito satisfeito em conhecer essa proposta – avaliou o parlamentar, que disse lutar há anos no Senado para que tais direitos sejam reconhecidos plenamente.



Genaldino Magalhães

Senador acredita que ação do Congresso Nacional evitou guerra civil

Paulo Duque relembra posse de João Goulart

Paulo Duque (PMDB-RJ) relembrou em Plenário os acontecimentos dramáticos que precederam a posse de João Goulart na Presidência da República, em 7 de setembro de 1961. O parlamentar classificou seu pronunciamento como uma homenagem ao Congresso e aos militares, que, ao entrarem em acordo para garantir a posse do líder trabalhista, “evitaram uma guerra civil”.

O senador recordou a renúncia do presidente Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, e a reação dos militares à posse de Jango, o vice, que se encontrava em missão oficial na China. Seguiram-se, segundo ele, ação diligente da classe política e, apesar das resistências a Jango, “o patriotismo também dos militares”.

– Os políticos agiram, e os militares entenderam – analisou o parlamentar.

Paulo Duque narrou também a peripécia do retorno de Jango ao Brasil, então vivendo dias de grande apreensão, e as ações do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, idealizador do movimento “cadeia da legalidade”.

Líder do PMDB anuncia projeto para impedir derrubada de árvores e diz que é possível, ainda assim, triplicar produção regional

Amazônia: Raupp quer desmatamento zero

O LÍDER DO PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), informou que apresentará, na próxima semana, projeto de lei para estabelecer desmatamento zero nas terras situadas na região amazônica. De acordo com o senador, há áreas desmatadas suficientes para se desenvolver a região.

Raupp considera possível triplicar a produção da Amazônia sem que seja preciso desmatar mais, usando para tanto apenas as novas tecnologias disponíveis e novos financiamentos. Em contrapartida à proposta de não se desmatar pelo prazo de dez anos, o parlamentar sugere anistia para os produtores que, estimulados por políticas governamentais, desmataram suas propriedades. A proposta, segundo ele aceita por 99% do povo da Amazônia, irá também obrigar reflorestamento



Genaldino Magalhães

Valdir Raupp destaca que Amazônia Legal preserva 83% das florestas

de morros, encostas de igarapés e outros mananciais.

O líder lembrou que seu estado tem apenas 33% de seu território desmatado – índice que cai para 3% no estado do Amazonas e para 17% em todos os estados que compõem a Amazônia Legal.

Viagem

Valdir Raupp relatou ainda visita que fez a distritos de Porto Velho, capital de Rondônia. Segundo o senador, são algumas das regiões mais isoladas do Brasil: União Bandeirante e Rio Pardo. Ele lamentou, sobretudo, a ausência de regularização fundiária para os agricultores da região, problema que, segundo frisou, afeta 40% das terras do estado. Raupp criticou também as precárias condições das estradas.

Gilvam Borges recebe promessa de ponte

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou a disposição do governo federal de construir uma ponte sobre o rio Matapi, no município de Santana (AP), uma das “obras estruturantes” demandadas pelo estado. A promessa foi feita ontem a Gilvam e a um grupo de parlamentares pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Na audiência com o ministro, Gilvam explicou que está em negociação a apresentação de uma emenda de bancada prevendo recursos para a ponte no Orçamento de 2009. Segundo o senador, Alfredo Nascimento disse que, se a emenda for aprovada, o governo liberará os recursos.

Gilvam Borges afirmou que a ponte



Genaldino Magalhães

Gilvam: emenda de bancada pode permitir construção da ponte em 2009

é importante, entre outras razões, porque abrirá caminho para obras necessárias à instalação das empresas da futura Zona Franca Verde. O senador acrescentou que a nova fronteira de expansão econômica terá um impacto significativo na geração de trabalho e renda para o povo do Amapá. Santana, que faz divisa com o

município de Mazagão, é o segundo maior do estado e tem o segundo maior porto da Amazônia.

Gilvam informou ainda que esteve recentemente com o presidente Lula tratando da licitação do primeiro trecho do linhão (linha de transmissão) da hidrelétrica de Tucuruí, outra obra muito aguardada pelo povo amapaense.

Papaléo alerta para mudanças em quartéis

Ao defender o reaparelhamento das Forças Armadas, ontem em Plenário, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que o Comitê de Formulação do Plano Estratégico Nacional de Defesa deverá divulgar suas conclusões no próximo dia 7 de setembro e disse que os militares estão desconfortáveis e intranquilos com a possibilidade de mudanças radicais na vida dos quartéis.

Papaléo concordou com a necessidade de reformulações, mas disse ser inadmissível que essas mudanças sejam planejadas sem a participação dos comandantes militares ou que apontem para o desprestígio ou enfraquecimento das instituições. Ele lamentou que o atual governo tenha manifestado



Genaldino Magalhães

Senador afirma que militares estão intranquilos com planos do governo

tanto descaso e tanta incompreensão com relação às Forças Armadas, que vêm perdendo status ao longo dos últimos anos.

O parlamentar lembrou que as frotas da Marinha e da Aeronáutica estão sucateadas e obsoletas, o que gera gastos desnecessários com sua manutenção sem com isso garantir a segurança nacional.

No mesmo pronunciamento, Papaléo Paes criticou o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, por ter ordenado uma varredura nos telefones da Casa. Para o senador amapaense, Garibaldi permitiu que o foco da questão saísse da Presidência da República para o Senado Federal.



J. Freitas

Marco Maciel avalia que arte de Mestre Salu não desaparecerá em Pernambuco

Maciel lamenta morte de mestre da rabeca

Marco Maciel (DEM-PE) pediu em Plenário – e foi atendido – a inserção em ata de voto de profundo pesar e a apresentação de condolências à família do músico, compositor, artesão e ator pernambucano Manuel Salustiano Soares, conhecido como Mestre Salu, que faleceu em 31 de agosto, no Recife, aos 62 anos, de parada cardíaca. Além de fabricar rabecas ele próprio, Mestre Salu notabilizou-se pelo domínio do instrumento, tendo lançado quatro discos e participado de álbuns de outros artistas.

O senador leu trecho de matéria do jornal *O Globo* que destacou a contribuição do músico para a cultura popular pernambucana, a ponto de ser considerado um dos precursores do manguebeat, movimento que ficou amplamente conhecido na década de 1990 por meio do músico Chico Science.

– Ele deixa, com sua obra, um testemunho da música popular brasileira que é bem a música do país real – disse Maciel, convencido de que a obra do artista popular pernambucano não desaparecerá.



Genaldino Magalhães

Senador ressalta apresentação de ópera na Esplanada dos Ministérios

DF renova frota de ônibus, diz Adelmir

Adelmir Santana (DEM-DF) registrou em discurso a entrega de 32 ônibus e 30 microônibus que serão acrescidos à frota de transporte coletivo do Distrito Federal. A cerimônia, ocorrida ontem de manhã, contou com a presença do governador José Roberto Arruda e do secretário de Transportes, Alberto Fraga.

O senador lembrou que a troca dos ônibus foi iniciada em 2007, com o objetivo de renovar a antiga frota, que se encontrava “em péssimas condições”, e eliminar o transporte alternativo pirata feito por meio de vans. Ele acrescentou que a substituição vai continuar, com a incorporação de outros 650 veículos, o que fará diminuir cada vez mais a média de idade da frota, atualmente de 11 anos. Disse também que a maioria dos ônibus é dotada de elevadores, o que facilitará a acessibilidade universal.

Adelmir registrou ainda a apresentação, no último sábado, na Esplanada dos Ministérios, da ópera *A Flauta Mágica*. A iniciativa foi do Serviço Social do Comércio (Sesc), cujo conselho regional preside.